

## A prática curricular da escola e sua violência simbólica: uma abordagem exploratória

The school curriculum and its symbolic violence: an exploratory approach

El currículo escolar y su violencia simbólica: una aproximación exploratoria

Alberto Guerra de Lima<sup>1</sup>

Doriele Silva de Andrade Costa Duvernoy<sup>2</sup>

Josaniel Vieira da Silva<sup>3</sup>

Artigo científico

Linha de pesquisa: Prática Pedagógica, Currículo e Formação de Professores

### RESUMO

Este artigo busca compreender parte da produção científica sobre a violência simbólica no contexto dos estudos curriculares, destacando sua relação com o currículo oculto e os impactos na prática pedagógica. Trata-se de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, vinculado a um doutorado profissional. A metodologia adotou a técnica de documentação indireta, com levantamento bibliográfico nas bases SCIELO e Google Acadêmico, no recorte de 2015 a 2025. A fundamentação teórica apoia-se em autores como Bernard Charlot (2002) e Bourdieu & Passeron (1975). Por ora, os resultados indicam que a articulação entre violência simbólica e currículo oculto tem sido discutida, embora de forma pouco sistemática, e que há lacunas, especialmente quanto à abordagem empírica do currículo oculto na constituição do clima escolar. Espera-se que as informações trazidas contribuam para aprofundar o debate e orientar futuras investigações sobre práticas escolares e cultura de paz.

**Palavras-chave:** Violência Simbólica. Práticas Curriculares. Currículo Oculto.

### ABSTRACT

This article seeks to understand part of the scientific production on symbolic violence in the context of curriculum studies, highlighting its relationship with the hidden curriculum and its impacts on pedagogical practice. This is an exploratory study with a qualitative approach, linked to a professional doctorate. The methodology adopted the technique of indirect documentation, with a bibliographic survey in the SCIELO

---

<sup>1</sup>Universidade de Pernambuco Campus Mata Norte, Mestre em Educação, albertoguerra.lima@upe.br

<sup>2</sup>Universidade de Pernambuco Campus Mata Norte, Doutora em Educação, doriele.andrade@upe.br

<sup>3</sup>Universidade de Pernambuco Campus Mata Norte, Doutor em Educação, josaniel.vieira@upe.br

and Google Scholar databases, covering the period from 2015 to 2025. The theoretical foundation is based on authors such as Bernard Charlot (2002) and Bourdieu & Passeron (1975). For now, the results indicate that the link between symbolic violence and the hidden curriculum has been discussed, albeit in a somewhat unsystematic way, and that there are gaps, especially regarding the empirical approach to the hidden curriculum in the constitution of the school climate. It is hoped that the information provided will contribute to deepening the debate and guiding future research on school practices and the culture of peace.

**Keywords:** Symbolic violence. Curricular practices. Hidden curriculum.

## RESUMEN

Este artículo busca comprender parte de la producción científica sobre la violencia simbólica en el contexto de los estudios curriculares, destacando su relación con el currículo oculto y los impactos en la práctica pedagógica. Se trata de un estudio exploratorio, de enfoque cualitativo, vinculado a un doctorado profesional. La metodología adoptó la técnica de documentación indirecta, con una revisión bibliográfica en las bases SCIELO y Google Académico, en el período comprendido entre 2015 y 2025. La fundamentación teórica se basa en autores como Bernard Charlot (2002) y Bourdieu & Passeron (1975). Por ahora, los resultados indican que la articulación entre violencia simbólica y currículo oculto ha sido discutida, aunque de forma poco sistemática, y que existen lagunas, especialmente en cuanto al enfoque empírico del currículo oculto en la constitución del clima escolar. Se espera que la información aportada contribuya a profundizar el debate y a orientar futuras investigaciones sobre prácticas escolares y cultura de paz.

**Palabras clave:** Violencia simbólica. Prácticas curriculares. Currículo oculto.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde sua institucionalização, a escola tem servido de instrumento ideológico da classe dominante, ainda que paradoxalmente, ela tenha servido como instrumento de emancipação, mesmo em sistemas opressivos (Young, 2007). Neste contexto, a educação tem traduzido as tensões do mundo moderno, seus conflitos e suas problemáticas.

O cotidiano escolar tem sido permeado de episódios de violência, nas suas mais variadas manifestações, despertando o interesse de autoridades e estudiosos para enfrentar a violência, que muitas vezes deriva das desinteligências e conflitos que se dão no chão da escola. No entanto, o que tem sido historicamente observado é que as autoridades e designers de políticas públicas têm se dedicado ao chamado “combate à violência”, um cliché que, particularmente no Brasil, tem sido reproduzido pela imprensa como a saída para esse mal que ameaça os estudantes e demais membros da comunidade escolar.

Apesar de não termos no Brasil históricos de atentados ultraviolentos em escolas, e que casos dessa monta necessitem de uma dimensão policial e jurídica para se fazer a devida justiça, há conflitos e violências subjacentes ao dia a dia da escola, os quais são o estopim das grandes violências. Desta forma, importa lançar um olhar especial nos pequenos incidentes, nas desinteligências, nos insultos, nos desrespeitos diários que ocorrem principalmente na sala de aula. Bem como nos manifestos na forma da chamada violência simbólica que pode ser praticada pela própria escola, por meio de práticas cotidianas, modo de tratamento e ações implícitas nas relações de poder estabelecidas por seus atores.

O currículo escolar assume papel de grande importância neste contexto, visto que ele pode ser o balizador dos planejamentos e ações voltadas a mitigar os efeitos da violência simbólica. No entanto, é preciso estar ciente, que paralelamente ao currículo prescrito, oficial, há aquele que reflete os valores, atitudes, comportamentos da sociedade constituída (Araujo, 2018). Trata-se do currículo oculto.

É a este currículo que a escola precisa estar atenta, visto que o seu caráter informal e subjacente pode ser um canal para práticas violentas e injustas no cotidiano da instituição. Portanto, os documentos curriculares oficiais, ou aqueles criados pela própria instituição de ensino, como o Projeto Político-pedagógico, ou o Regimento Escolar, podem se apresentar como um instrumento legítimo de práticas de justiça no ambiente escolar.

Nesse contexto, este artigo tem, portanto, a finalidade de dar visibilidade à noção de violência simbólica, que ocorre no cotidiano escolar, e muitas pode ser ensejada pelas práticas curriculares da escola. Ele encontra justificativa na necessidade de também se compreender o fenômeno do currículo oculto, que vigora de modo informal na escola.

O objetivo principal é então, compreender o que tem sido produzido a respeito da temática da violência simbólica, aliada aos estudos curriculares. Especificamente, pretendemos conhecer a relação entre o currículo oculto e a violência simbólica, e de que forma impactam a prática pedagógica da escola. Para tanto, nos propusemos a investigar os meios pelos quais a violência simbólica tem sido mais abordada, assim como conhecer quais teóricos contemporâneos têm produzido, em termos de conceitos modernos de enfrentamento a esta modalidade de violência escolar, a exemplo de fontes primárias e

imprescindíveis, como, Pierre Bourdieu (1975), Jean-Claude Passeron, (1975), Bernard Charlot (2002); além do que se teoriza acerca construto do currículo oculto, a exemplo de Louis Althusser (1987), Jurjo Santomé (1995) e Tomaz Tadeu da Silva (2003), trazidos à atualidade através de recentes pesquisas na área do currículo.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A violência da escola

A importância de se garantir uma educação pacífica nas escolas, atualmente, tem ganhado proporções cada vez mais significativas, já que esta contribuição da escola para a sociedade tem se constituído em uma ferramenta para se conquistar reduções nos casos de violência além de seus muros.

Ao mesmo tempo, a massificação da educação, ao garantir o acesso dos alunos às escolas, também tem exposto a escola a uma clientela cujo perfil ela não está, em tese, preparada a receber (Chrispino, 2007). Por consequência, uma série de eventos que desencadeiam em casos de conflitos e violência têm ocorrido nas escolas, conseqüentemente deixando gestores e professores desafiados a encontrarem maneiras pacíficas para resolver a situação.

Importa-nos destacar a definição de conflito referida acima, a fim de que seu conceito não seja deturpado. Para Chrispino (2011) o conflito é a divergência de opiniões, ou a interpretação diferente de algum fato. Ele faz parte da vida, e surge quando os interesses divergem. O conflito também se caracteriza pela negação de certa regra obrigatória, na qual se espera que o princípio de moralidade fosse obedecido (Pardo e Nascimento, 2015). Portanto, diferenças de pontos de vista e oposição a normas constituem a noção que se tem de conflito.

Jares (2002) afirma que a paz é a ausência de violências e a presença da justiça e igualdade. Ela é um processo dinâmico que nega a violência, não os conflitos, isto porque, são parte da vida. Este autor acrescenta que o conflito é uma característica que define a escola, e que o exercício e a possibilidade de se resolver conflitos de forma não-violenta é um caminho para a paz.

A partir da perspectiva pós-estruturalista, quando a violência passa a ter visibilidade na escola, se permite que ela seja debatida e confrontada, legitimando as

ações que serão empregadas para mitigar seus efeitos. Silva (2000) critica a visão do pós-estruturalismo que declara 'o sujeito morto', uma perspectiva que, na medida em que nega a possibilidade de intervenção racional e crítica, pode inviabilizar a visibilidade da violência e a legitimação de respostas eficazes no espaço escolar.

Quando os conflitos não são devidamente identificados e mediados, poderão culminar na violência, que por sua vez, tem suas variadas formas de manifestação e origem. Em uma análise superficial podemos demorar a atribuir à escola a responsabilidade pela violência. Segundo Calliman (2010) a escola pode ser, não somente a vítima, mas também a autora de violências, além de servir como laboratório para que seus membros aprendam tais brutalidades. Isto se explica pelo fato de que na maioria das vezes a violência tende a ser direcionada prioritariamente a fatores externos à instituição, deixando de observar que, por exemplo, por meio de suas normas a escola se mostra violenta, mesmo que seja considerada por sua comunidade um espaço democrático.

Para Charlot (2002), a violência na escola não é uniforme. É necessária a distinção do que seja uma violência na escola, à escola e da escola. Dos três casos, a violência da escola é institucional e simbólica, manifesta através de práticas injustas e autoritárias, ao mesmo tempo que promovem segregação, ou discriminação contra seus próprios estudantes.

Para Bourdieu e Passeron (2001), a violência simbólica é pertinente à ideologia de um grupo que domina sobre outro, que é dominado, na qual observa-se comumente a desvalorização de crenças, linguagens e hábitos de apenas um grupo de indivíduos em detrimento dos demais. No contexto escolar, de forma institucional, isto é uma realidade, visto que a escola possui alunos com diferentes estruturas familiares, econômicas e culturais.

Da mesma forma os professores acabam fazendo vários julgamentos, interiorizando a cultura dominante. A partir desta afirmação, podemos entender a violência simbólica considerando que: Toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural. A ação pedagógica inicial deriva seu principal recurso, sobretudo quando tenciona desenvolver a sensibilidade a uma forma particular de capital simbólico, dessa

relação originária de dependência simbólica (Bourdieu & Passeron, 2001). Portanto, podemos ponderar que o cotidiano da sala de aula pode catalisar essa forma de violência que pretende, mesmo que de modo indireto, impor aos alunos, ou a um certo segmento, um capital simbólico que se supõe ser o ideal.

Segundo Massi (2016), é comum se observar em algumas escolas, professores preconceituosos no que se refere ao comportamento ou aparência dos alunos. Para muitos deles, os alunos de escolas públicas são menos capazes do que os das escolas particulares, pois não demonstram interesse em se dedicar a aprender. Desta forma, esta violência institucional, mostra-se nas relações de poder, na violência verbal entre professores e alunos, na discriminação indireta de gênero e raça, entre outras, além de descrever a forma como a classe economicamente dominante impõe sua cultura aos dominados (Souza, 2012).

A respeito dos dominados, cabe observar o que Bourdieu (2001) afirma sobre eles acabarem contribuindo com os estereótipos criados sobre si mesmos, aceitando o que a eles fora imposto:

Tal reconhecimento prático assume, muitas vezes, a forma da emoção corporal (vergonha, timidez, ansiedade, culpabilidade), em geral associada à impressão de uma regressão a relações arcaicas, aquelas características da infância e do universo familiar. Tal emoção se revela por manifestações visíveis, como enrubescer, o embaraço verbal, o desajeitamento, o tremor, diversas maneiras de se submeter, mesmo contra a vontade e a contragosto, ao juízo dominante, ou de sentir, por vezes em pleno conflito interior e na “fratura do eu”, a cumplicidade subterrânea mantida entre um corpo capaz de desguiar das diretrizes da consciência e da vontade e a violência das censuras inerentes às estruturas sociais (Bourdieu, 2001, p. 205).

Por esse prisma, o sujeito dominado não se vê como vítima desse processo, pois acredita que seja algo natural e inevitável, na sua escola, e mesmo resistindo à violência simbólica, acabam por aceitar os arquétipos impostos no contexto escolar.

Ainda a respeito da violência simbólica, o conceito introduzido por Bordieu, chamado de “habitus”, o qual se refere aos conceitos e ações vinculados ao ser humano, reproduzem ações que refletem contextos e ultrapassam gerações. Assim, as normas e regras instituídas irão reproduzir o habitus. Ele é tão internalizado que acaba tendo pouca influência de mudanças na aprendizagem. Em resumo: “O habitus docente, dessa

forma, acaba tão incutido que os professores não tomam consciência de tais práticas.” (Id., 2014, p. 14).

O habitus é influenciado pelo modo como as escolas se organizam, administrativa e pedagogicamente, através de rotinas e procedimentos exigidos do professor, para exercer sua função. São modos de ensinar que são perpetuados, sem se repensar ou se reorganizar. Esses desdobramentos do habitus podem, eventualmente, reproduzir a violência simbólica.

Seguindo o pensamento de Bourdieu, Brandt (2014) identifica que as práticas docentes podem se configurar como simbolicamente violentas. Isto, porque o currículo, através do planejamento, da ação e da avaliação, pode assumir esse caráter de habitus, corroborando para práticas pedagógicas que desconsideram a realidade dos estudantes, forçando-os a entregar resultados que não se alinham à sua realidade.

Destarte, tanto no âmbito do currículo, quanto da didática, a violência simbólica pode se manifestar. Tomemos como exemplo dessa manifestação de violência, o componente curricular, Matemática, que é considerado por teóricos antigos, como Gauss e Galileu, a rainha de todas as Ciências, ou o alfabeto com que Deus escreveu o universo. Este senso comum, construído há séculos, criou o imaginário de que a matemática é muito difícil, ou que é uma disciplina reservada apenas aos gênios, que a dominam, destacando esta herança do pensamento platônico (Silveira, 2000). No entanto, o que se percebe, muitas vezes, é que os tais alunos que demonstram genialidade, seguem uma mecânica didática de memorizar as resoluções feitas pelo professor, que expõe o assunto no quadro, mostra um exemplo de resolução, e propõe uma série de exercícios para a fixação do conteúdo. Aqueles que abstraem perfeitamente essa dinâmica são os melhores alunos.

Percebe-se nesta concepção a conhecida educação bancária, denunciada por Freire (2019), na qual o aluno é passivo e mero receptor dos conhecimentos que o professor deposita regularmente. Essa percepção de pensar o ensino como uma transmissão de conhecimento, demonstra uma visão pragmática e desprendida dos fatores que compõem o processo de ensino e aprendizagem humano e dialético.

Para Kessler (2004), o habitus do professor de matemática tem historicamente se despido de sensibilidade, uma vez que o que se ouve de alunos é que o ser “humano”, faz

falta no professor de matemática. Há ainda o imaginário de que o comportamento rígido e intolerante de muitos professores de Matemática e Física, por exemplo, ratifique o fato de estes componentes curriculares serem os que mais reprovam alunos nas escolas, sendo isto algo amplamente referendado pela sociedade.

Estes docentes geralmente são vistos como a autoridade respeitada e temida na escola, pois podem controlar os alunos através de coerção, medo da humilhação, por não aprender, assim como ao ameaçar constantemente de reprovação. Parece haver um prazer em tornar as ditas “disciplinas exatas” inacessíveis a alguns, para mostrar sua superioridade como docente (Kessler, 2004).

De modo semelhante, o ensino da Língua Portuguesa também pode evidenciar a violência simbólica através da tentativa de unificação linguística nacional, desprezando a formação pluriétnica da sociedade brasileira. Podemos considerar, a título de exemplo, a prática de alguns professores de regiões distantes dos grandes centros urbanos, de forçar seus estudantes a abandonarem seus dialetos e variações linguísticas, em favor de um padrão mais adequado à norma culta (Souza & Barros, 2021). Isso reforça uma aparente supervalorização de um padrão dominante, a partir do qual falantes de determinadas regiões precisam se ajustar, a fim de serem aceitos linguisticamente.

Diante do exposto, Charlot (2005) nos convida a perceber expressões de violência simbólica, notoriamente a partir do desprazer que o aluno sente ao analisar sua experiência na sala de aula. Um experimento que lhe é estranho e desconectado de sua vida e de seus interesses particulares. As manifestações de violência simbólica são materializadas por meio da organização do currículo escolar, se apresentando nas instituições e balizando a prática da maioria dos professores. Este tipo de violência dissimulada é simbólico, porque encontra-se imbricada na realidade escolar. Ainda segundo este autor (Id., p. 119), a maioria dos professores não consegue “construir com esses alunos a relação com o saber que dá sentido, portanto, aquilo que se faz na escola torna-se coercitivo, torturante, violento.”

Ao mesmo tempo, importa afirmar que é recompensador conhecer relatos sobre professores que conseguem fazer a diferença, e fogem do estereótipo violento, ao enfrentar, ainda que inconscientemente, as violências subjacentes às ações pedagógicas no ensino da matemática, ou outras disciplinas mais temidas por estudantes. Para

Charlot (2005, p. 16): “o comportamento dos alunos depende de sua relação com o saber, com a escola e com o professor.” Assim, o papel do professor, enquanto educador, extrapola sua função e o torna coparticipante da emancipação e desenvolvimento intelectual de seus alunos.

Portanto, para que se chegue à paz na sala de aula e prevenção das violências escolares, é preciso que se invista em uma educação baseada na mediação, na escuta atenta e no diálogo, que segundo Arendt (2011) é propiciado pela ação política, a qual, mesmo considerada por muitos estudiosos, como análoga à violência, representa o espaço da articulação, da fala, da linguagem, que facilitam o processo de pacificação. Para esta autora, a violência é pré-política, pois, enquanto nela o diálogo é negado, é por meio da política que o homem tem poder de fala.

## 2.2 A conceituação do currículo oculto

A escola é, sem dúvidas, considerada um lugar privilegiado de aprendizagem, pois é a referência para a educação formal. É para lá que vamos, desde crianças, receber letramento, adquirir conhecimento. No entanto, a aprendizagem na escola extrapola a educação formal.

Althusser (1987, p. 20), nos provoca a reflexão quando indaga o seguinte: “Ora, o que se aprende na Escola?” Segundo este autor, lá se aprende muita coisa, mas também é possível aprender a ler, escrever e contar. Ou seja, além de aprender a educação formal, o estudante aprende também, coisas que serão muito importantes para sua vida em sociedade. Assim, tanto os conhecimentos adquiridos e compartilhados ao longo das aulas e demais atividades pedagógicas previstas, quanto aqueles oriundos da vivência diária com professores e colegas, consolidam a formação intelectual e pessoal do indivíduo.

O termo “currículo” vem do latim: curriculum, e significa “pista de corrida”. Ele se expressa como “leis, normas e diretrizes nacionais, livros didáticos, propostas curriculares, como em nível local nas escolas, como os planos de ensino e planos de aula feitos pelos professores” (Araujo, 2018, p. 2). É o que está registrado e documentado.

O que vai além do registrado é conhecido por currículo oculto. Aquele que subjaz ao currículo formal, prescrito. O currículo oculto pode ter este papel positivo de educação informal, de valores, crenças, comportamentos, mas também pode trazer no seu bojo, o preconceito, a dominação de classes, o conformismo. Para Silva (2003), as atitudes e comportamentos que o currículo oculto transmite são indesejáveis, pois tentam adaptar os estudantes às estruturas injustas da sociedade capitalista.

No que se refere à reprodução do capital cultural da classe dominante, Bourdieu e Passeron (1975) em seu estudo sobre a violência simbólica, afirmam que a ação pedagógica inculca a cultura de modo arbitrário, legitimando esta cultura dominante, de modo a perpetuar as relações de classe, para que o sujeito permaneça em seu “lugar natural”. Seguindo a lógica da estratificação social, na escola, além dos conhecimentos, alguns indivíduos, de acordo com (Althusser, 1987), aprendem regras de bons costumes e comportamento, o respeito às regras da divisão social do trabalho, enquanto outros aprendem a comandar, a falar bem, a convencer bem.

Outra contribuição importante na conceitualização do currículo oculto é apresentada por Jurjo Torres Santomé (1995), quando afirma que este currículo está implícito nas intenções do professor, por meio da interação com os estudantes, da criação de hábitos, das tarefas escolares. Não é uma conspiração, uma intenção dos professores contra seus alunos. No entanto, ele não deixa de evidenciar que o que se pratica em sala de aula é a reprodução do contexto econômico da sociedade, em que os estudantes são condicionados por recompensas e sanções, julgamentos de autoridades. Segundo o autor, assim, se moldam as subjetividades, habilidades e conhecimentos que a sociedade valoriza

Segundo Silva (2003), dentro da perspectiva pós-estruturalista, é preciso “desocultar” o currículo oculto, ao nos tornarmos conscientes do que está escondido por trás das práticas cotidianas. Isto pode contribuir para que ele seja menos eficaz, perdendo os efeitos que só tem, por ser oculto. Essa tomada de consciência é o que pode trazer a mudança, tornando-o sem efeito.

No que se refere ao papel do professor no currículo, é preciso se observar as representações que ele tem de seus estudantes. Elas podem significar o sucesso ou o fracasso escolar do aluno. Silva (1996) argumenta que taxar os alunos de “bons” ou

“maus”, favorece à valorização daqueles que se adaptam melhor e obtém mais sucesso, em detrimento dos que têm dificuldades na aprendizagem. Estes últimos acabam sendo culpados por seu próprio fracasso, carregando para a vida profissional a peja de inferioridade ou de incapacidade.

Para esta autora, o juízo de valor que os professores elaboram pode ser objetivo ou subjetivo. A avaliação, os conceitos e a forma de classificar os alunos, são alguns dos meios objetivos de classificação. Enquanto comentários, expressões faciais de desagrado, irritação ou desprezo, são a forma subjetiva de demonstrar sua visão dos estudantes (Id., 1996).

O currículo oculto também evidencia o esforço pessoal, como condição de sucesso na sociedade competitiva. Em uma escola que valoriza a competição, os melhores “se dão bem”, pois vêm de classes privilegiadas, enquanto os demais aceitam sua inferioridade. Em um contexto escolar, como este, o “mau” aluno acaba eliminado por evasão, por ser considerado inadaptado ao que a escola espera dele (Silva, 1996).

É necessário que se caminhe em direção a reverter a perversidade do currículo oculto, no momento em que o professor enfatize valores positivos, reforçando a autoestima, tendo a consciência de estar ensinando até mesmo no seu gestual, seu olhar, sua expressão corporal, em sala de aula. Agindo assim, segundo Araujo (2018), ele poderá demonstrar uma prática ética, com respeito, diálogo e atitudes que afastem da sala de aula, a violência, o desrespeito e todas as formas de discriminação.

### 3 METODOLOGIA

A revisão bibliográfica nos permitiu identificar parte do que tem sido produzido sobre o tema nos últimos dez anos, bem como tomar conhecimento sobre possíveis lacunas que ainda possam existir. A partir daí, esperamos obter um referencial teórico consistente sobre os conceitos abordados, observando como eles aparecem na produção acadêmica recente.

A metodologia adotada é a qualitativa, por se basear no campo das interpretações e significados construídos socialmente, conforme propõe Minayo (2001). Foram considerados para a análise apenas artigos publicados em periódicos classificados com

reconhecida avaliação acadêmica, com a busca realizada em bases de dados de notório valor e autenticidade, respeitando o recorte temporal de dez anos.

Com esta revisão, pretende-se ainda verificar a presença ou ausência do tema no debate educacional contemporâneo, especialmente no campo da educação básica, identificando como o currículo oculto pode se configurar como espaço de reprodução simbólica e quais os caminhos possíveis para enfrentá-lo nas práticas escolares.

### 3.1 O método utilizado na pesquisa

Como mencionado anteriormente, este estudo tem um caráter qualitativo, o qual realiza uma análise interpretativa da produção acadêmica sobre o tema da violência simbólica no currículo oculto, no contexto da educação básica. Foi feita a escolha de uma revisão integrativa da literatura, por permitir reunir, analisar e sintetizar os estudos existentes, de uma forma sistemática, sobre o tema delimitado, buscando construir um panorama do conhecimento disponível atualmente.

Foram utilizados como critérios de inclusão: artigos publicados entre 2015 e 2025; estudos presentes em periódicos avaliados com Qualis A1, A2, A3, A4, B1 ou B2, quando aplicável; textos disponíveis em português, espanhol ou inglês; publicações que abordem direta ou indiretamente os conceitos de currículo oculto e violência simbólica; e pesquisas que discutam as práticas pedagógicas no âmbito da educação básica ou da educação integral.

Como critérios de exclusão, foram descartados aqueles estudos que tratassem exclusivamente de currículo formal ou prescrito, sem que tivessem articulação com o currículo oculto; pesquisas cujo foco principal fosse apenas a violência física ou institucional, sem relação com o conceito de violência simbólica e finalmente produções com acesso restrito ao texto completo, ou publicações anteriores a 2015.

A coleta foi realizada nas bases SciELO e Google Acadêmico, com uso combinado das seguintes palavras-chave: *violência simbólica*, *currículo*, *currículo oculto*, *educação básica*, *educação integral* e *ensino médio*. Foram utilizados operadores booleanos (AND/OR) para ampliar ou refinar os resultados. Após a leitura dos títulos, resumos e, posteriormente, do texto completo dos artigos selecionados, os estudos que atenderam aos critérios foram organizados no quadro de síntese que segue abaixo, com as seguintes

## Qualis Periódicos – (2021 -2024) – B3

categorias: autor(es), ano, fonte/periódico, local/contexto, tipo de estudo, articulação entre currículo oculto e violência simbólica e principais achados.

Quadro 1: síntese dos dados coletados

Autores / Ano	Fonte / Qualis (se disponível)	Local / Contexto	Tipo de Estudo	Articulação currículo oculto - violência simbólica	Principais achados relevantes
Vieira, Freire & Márques (2021)	Crátilo (B2)	Escola básica (Ubie-MG)	Revisão documental e bibliográfica	Exploram currículo oculto como fonte de violência simbólica nas práticas educativas.	A violência simbólica emerge dos hábitos escolares invisíveis; chama-se atenção para formação continuada como mitigadora
Pereira, Abranches & Araújo (2017)	Ensino & Pesquisa (A3)	Educação básica / padrão escolar	Revisão bibliográfica	Currículo escolar, normas e regras reforçam violência simbólica na prática pedagógica.	Sugestão de prática curricular interdisciplinar que valorize a realidade do aluno
Scolaro & Castro (2019)	Repositório UEG (B2)	Educação infantil / Anos iniciais	Revisão bibliográfica acadêmica	Exploram habitus docente, currículo oculto e violência simbólica entrelaçados.	Valores internalizados pelos docentes se reproduzem via currículo oculto
Oliveira et al. (2019)	Periódico Estácio (provável B2)	Anos iniciais do Ensino Fundamental	Estudo qualitativo (observação e entrevista)	Identificam autoridade docente autoritária como expressão de violência simbólica, sem menção explícita a currículo oculto mas articulada indiretamente.	A prática autoritária intensifica violência simbólica, afetando o clima escolar
Ferreira & Mattos (2023)	Pretextos (B1)	Ensino médio público Brasil	Estudo correlacional quantitativo + revisão	Violência simbólica correlacionada ao abandono escolar; não investiga curriculum oculto explicitamente.	Relacionam simbólica desigualdade e desistência escolar nos anos finais
Souza et al. (2024)	Artes de Educar (A4)	Ensino médio - BNCC	Reflexão teórica sobre BNCC e violência simbólica	Currículo prescrito (BNCC) reproduz dominância simbólica invisível na escola.	Mostra como BNCC institucionaliza violência simbólica via currículo oculto

Fonte: o autor.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS

A análise dos estudos escolhidos tornou possível a percepção de que as formas de articulação entre o currículo oculto e a violência simbólica têm sido discutidas de modo crescente, ainda que não sejam de uma maneira sistemática, ao longo da última década. Foram identificados seis estudos principais, os quais demonstram atender aos critérios que foram estabelecidos e que oferecem contribuições bem relevantes ao tema.

A partir de uma visão mais generalizada, os trabalhos que foram analisados parecem mostrar que o currículo oculto tem sido um meio pelo qual a violência simbólica tem se manifestado na escola, especialmente por meio da reprodução de certas normas, de algumas expectativas e até mesmo de valores que se encontram implícitos, mas que contribuem para excluir ou até desvalorizar alguns grupos sociais. Nos artigos publicados por Vieira *et al.* (2021) e de Pereira *et al.* (2017), podemos ver que essa relação é tratada diretamente, com destaque para a forma como as práticas educativas que acontecem naturalmente no cotidiano, reforçam desigualdades e legitimam certos padrões culturais dominantes.

A presença do chamado *habitus docente*, que segundo Bourdieu (1989) consiste de um sistema de acomodações duráveis e transponíveis que orientam a ação, e a percepção de sujeitos inseridos em um campo social, também aparece com destaque como vetor dessa reprodução simbólica. Em Scolaro & Castro (2019), é possível perceber como o *habitus*, ao ser reproduzido nas relações interpessoais, acaba por vir reforçar mecanismos de dominação simbólica, os quais são frequentemente invisíveis para os próprios sujeitos que estão envolvidos no processo educativo. Por sua vez, Oliveira *et al.* (2019), observam que o autoritarismo em sala de aula funciona como uma expressão de violência simbólica, ainda que o termo “currículo oculto” não apareça de forma explícita no estudo em questão.

Uma outra questão para abordarmos é a crítica feita à BNCC, enquanto instrumento que institucionaliza um currículo que reforça desigualdades simbólicas. Souza *et al.* (2024) trazem uma análise de como a Base Nacional Comum Curricular, mesmo sendo norteadas pela ideia de equidade, tende a padronizar certas práticas e temáticas que não levam em consideração a diversidade cultural que os estudantes

trazem na bagagem, contribuindo de certa forma, para um tipo de violência simbólica que é estruturada e legitimada pelo próprio currículo formal.

Apesar das várias contribuições pertinentes, esta revisão bibliográfica indica algumas lacunas significativas. Por exemplo, poucos são os estudos que abordam contextos de educação integral, ou que utilizam abordagens empíricas que articulem de uma maneira sistemática os dois conceitos centrais – currículo oculto e violência simbólica – em pesquisas de campo, no chão da escola. Também sentimos falta de estudos que se dediquem a examinar os impactos concretos dessas práticas sobre o clima escolar, o engajamento dos alunos e os processos de exclusão ou evasão escolar.

Portanto, o que foi encontrado sugere a necessidade de se aprofundar mais investigações empíricas, especialmente em escolas públicas de educação básica e integral, para que se permita compreender como os elementos do currículo oculto podem ser positivamente ressignificados, a fim de se combater a reprodução da violência simbólica e conseguir uma prática pedagógica emancipatória.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito analisar de que forma a violência simbólica se manifesta nas práticas escolares, especialmente através do currículo oculto, com base na produção acadêmica publicada entre 2015 e 2025. Os estudos examinados indicam que, embora o tema venha sendo explorado sob diferentes perspectivas, ainda existe uma lacuna na articulação direta entre esses dois conceitos na literatura acadêmica. Essa carência é ainda mais evidente no que diz respeito a pesquisas empíricas voltadas para a educação básica e a educação integral, áreas onde a produção científica permanece limitada.

Os resultados indicam que o currículo oculto opera silenciosamente, mas de forma potente, na reprodução da violência simbólica nas escolas. A existência de normas implícitas, expectativas sociais e práticas pedagógicas naturalizadas, acabam por contribuir para a desvalorização de certos saberes, culturas e modos de vida dos estudantes, reforçando hierarquias sociais no chão da escola. Essa violência não se apresenta por meios físicos ou explícitos, mas se encontra nas entrelinhas da rotina

escolar, nos discursos, nas práticas avaliativas, nas relações de autoridade e nos silêncios institucionais.

A análise também conseguiu evidenciar que o habitus docente e os documentos oficiais, como a BNCC, tornam-se vetores importantes na forma de se consolidar essas dinâmicas simbólicas, no momento em que elas não são problematizadas criticamente. Ao mesmo tempo, os estudos apontam a necessidade de uma formação docente que seja contínua e constituída de propostas curriculares que reconheçam e vão de encontro a esses mecanismos invisíveis de exclusão.

Contudo, há ainda uma lacuna na produção científica, quando se trata de investigações que analisem o impacto do currículo oculto na constituição do clima escolar, especialmente a partir de dados obtidos no próprio lócus. Estudos com abordagem empírica, seja qualitativa, quantitativa ou mista, possivelmente podem vir a oferecer novos elementos para a compreensão do problema, além de subsidiar práticas pedagógicas que sejam mais equitativas.

Assim, por ora, as descobertas desta revisão indicam, não apenas o estado atual da discussão a respeito do currículo oculto e da violência simbólica, mas também sugerem caminhos e possibilidades para futuras pesquisas. Investigar como essas dinâmicas atuam em diferentes tipos de realidades, níveis de ensino e modelos pedagógicos, especialmente na educação integral, pode contribuir para o fortalecimento de uma escola que se considere mais democrática, plural e justa.

## 6 REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade** / organizado por Isabel Alarcão. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

ARAUJO, Viviane Patricia Colloca. O conceito de currículo oculto e a formação docente. **REAE - Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 3, n. 6, jul./dez. 2018. Disponível em: [https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_estudos\\_aplicados/article/view/5341](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/5341). Acesso em: 13 fev. 2025.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O que é o habitus? In: **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema escolar. Rio: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Fundamentos de uma teoria da violência simbólica. In: BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. BOURDIEU, Pierre. (et al.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 2001.

BRANDT, Jóice. **Violência simbólica**: uma reflexão acerca do habitus docente, 2014. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/items/7f27bdea-323f-4b9b-ba5a-7359f1e75817>. Acesso em: 22 maio 2025.

CALLIMAN, Geraldo; GALVÃO, Afonso et al. Violências escolares: implicações para a gestão e o currículo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [online]. 2010, v. 18, n. 68, p. 425-442. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362010000300002>. Acesso em: 24 fev. 2025.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias** [online]. 2002, n. 8, p. 432-443. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222002000200016>. Acesso em: 24 mar. 2025.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação de professores e globalização**: questões para a educação de hoje. Porto alegre: Artmed, 2005.

CHRISPINO, Alvaro. **A mediação do conflito escolar** / Alvaro Chrispino, Raquel S. P. Chrispino. – São Paulo: Biruta, 2011.

CHRISPINO, Alvaro. **Ensaio**: avaliação em políticas públicas na Educação. Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 11-28, jan./mar. 2007.

FERREIRA, Ana Paula; MATTOS, Francisco. Violência simbólica e abandono escolar: um estudo correlacional a partir das contribuições de alunos do ensino médio, de escolas públicas. **Pretextos**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 1–17, 2023. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/26104>. Acesso em: 1 ago. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 84. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

JARES, Xésus. **Educação para a paz**: sua teoria e sua prática. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KESSLER, Maria Cristina. Produzindo exclusão por conhecimento: uma análise do habitus do professor de matemática. **Revista Educação Unisinos**. v. 8, n. 15. São Leopoldo: Unisinos. 2004.

MASSI, Taiane. **Presença da violência simbólica na perspectiva dos alunos de duas turmas do Ensino médio de uma escola pública de Chapecó- SC**. 2016. Disponível em:

<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1148/1/MASSI.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7ª ed. São Paulo: Hucitec; 2001.

OLIVEIRA, Juliana da Silva *et al.* Violência Simbólica no âmbito escolar: a contribuição de Pierre Bourdieu em relação à violência. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEM)**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 59–73, 2019. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/e-revistafacitec/article/view/1847>. Acesso em: 1 ago. 2025.

PARDO, David. Wilson de Abreu; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. A moralidade do conflito na teoria social: elementos para uma abordagem normativa na investigação sociológica. **Rev. Direito GV**. v.11 n.1 São Paulo jan./jun. 2015.

PEREIRA, Ivani Rodrigues; ABRANCHES, Pedro Henrique; ARAÚJO, João Carlos. Reflexões sobre o currículo escolar e a violência simbólica. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, PR, v. 15, n. 2, p. 147–164, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/1109>. Acesso em: 1 ago. 2025.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **O Currículum Oculto**. Porto: Porto Editora. 1995.

SCOLARO, Bruna da Silva; CASTRO, Janaina Pires de. Habitus, violência simbólica e currículo oculto: Manifestações da Prática dos Professores. **Repositório Institucional UEG**, Anápolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ueg.br/jspui/handle/riueg/5991>. Acesso em: 1 ago. 2025.

SILVA, Maria José Lopes. Um aspecto da função ideológica da escola: o currículo oculto. **Boletim Técnico do SENAC**. v. 22, n.2, maio/agosto 1996. Disponível em: <https://www.oei.es/historico/na2003.htm>. Acesso em: 07 fev. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O fim do sujeito? Crítica aos extremos pós-modernos e pós-estruturais da teoria curricular. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 5-17, set./dez. 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SILVEIRA, Maria Rosâni Abreu da. **A interpretação da matemática na escola, no dizer dos alunos**: ressonâncias do sentido de "dificuldade". Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS, 2000.

SOUZA, Janaína Moreira Pacheco de. BARROS, João dos Santos. DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS REGIÕES DE FRONTEIRA BRASILEIRA. **Rev. EntreLínguas**, Araraquara, v. 7, n. esp. 6, e021152, dez. 2021.

Disponível em: file:///F:/Doc/Diversidade%20Linguistica%20E%20A%20Violencia%20Simbolica%20Nas%20Regio%20-%20SOUZA,%202021.pdf. Acesso em: 17 maio 2025.

SOUZA, Liliane Pereira de. **A violência simbólica na escola**: contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. 2012. Disponível em: [http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume7/2\\_A\\_violencia\\_simbolica\\_na\\_escola\\_-\\_Liliane\\_Pereira.pdf](http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume7/2_A_violencia_simbolica_na_escola_-_Liliane_Pereira.pdf). Acesso em: 01 fev. 2025.

SOUZA, Raquel Faria de et al. Base Nacional Comum Curricular: superação da violência simbólica ou estratégia de reprodução. **Revista Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 191–206, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/76704>. Acesso em: 1 ago. 2025.

VIEIRA, Gislene Rodrigues; FREIRE, Ludmila; MÁRQUES, Mariana. Reflexões sobre o Currículo Oculto e a violência simbólica no contexto escolar. **Revista Crátilo**, Patos de Minas, 2021, p. 1–13. Disponível em: <https://revistas.unipam.edu.br/index.php/cratilo/article/view/3792>. Acesso em: 1 ago. 2025.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? **Educ. Soc. Campinas**, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.

NOTA: Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

Submetido em: 09/02/2026

Aceito em: 23/03/2026

Publicado em: 16/05/2026